

**O movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile:
Conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo**

Karina Janz Woitowicz, UFSC¹
karinajw@hotmail.com

Joana Maria Pedro, UFSC²
Joanamarca.pedro@gmail.com

As experiências de governos autoritários que marcaram a história recente da América Latina constituíram um cenário favorável para o desenvolvimento de movimentos sociais, que lutavam contra a repressão política e pela garantia dos direitos humanos. É neste contexto que o movimento feminista irá ocupar um importante papel de resistência, conjugando as lutas pela democracia com as lutas específicas das mulheres pela igualdade e pela autonomia no meio social.

O presente artigo se propõe a levantar alguns elementos para compreender as lutas e os embates protagonizados pelos movimentos feministas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) e no Chile (1973-1990), através de uma abordagem comparativa em torno do debate sobre questões políticas versus questões feministas operadas no interior destes movimentos. Baseando-se na perspectiva da História Comparada, reconhecida como um “múltiplo campo de observação”³ (BARROS, 2007, p. 02), serão tomados como objeto alguns exemplares dos jornais brasileiros *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* e dos chilenos *Marea Alta* e *Puntada con Hilo*, bem como edições da revista *FemPress – Red de Comunicación Alternativa de la Mujer*.⁴ Ao recuperar fragmentos de veículos alternativos publicados nos dois países do Cone Sul, procura-se traçar algumas semelhanças e diferenças no que diz respeito às reivindicações específicas das mulheres, em especial as questões do campo da sexualidade e do direito ao corpo.

Ao discutir o método da comparação, Barros observa que o processo de análise não se dá de modo ‘intuitivo’, mas com base em elementos observáveis em relação ao outro:

¹ Professora do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Professora Dra. do curso de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

³ De acordo com Barros (2007, p. 02), a História Comparada “tanto impõe a escolha de um recorte geminado de espaço e tempo que obrigará o historiador a atravessar duas ou mais realidades sócio-econômicas, políticas ou culturais distintas, como de outro lado esta mesma História Comparada parece imprimir, através do seu próprio modo de observar a realidade histórica, a necessidade a cada instante atualizada de conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças, repensando as metodologias associáveis a esta prática”. (BARROS, José D’Assunção. História Comparada – um novo modo de ver e fazer a história. *Revista de História Comparada*. Vol. 1, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm>. Acesso em: 15/03/2008).

⁴ Foram consultadas todas as edições dos jornais brasileiros citados, disponibilizados no arquivo do Instituto de Estudos de Gênero, e apenas algumas edições disponíveis dos jornais chilenos, recolhidos em visita ao Centro de Estudios de la Mujer (Santiago/Chile) em outubro de 2008.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

“trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir do outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo” (2007, p. 05).

A partir da questão chave que orienta este trabalho – como os movimentos feministas no Brasil e no Chile articularam as lutas políticas com as lutas pelos direitos das mulheres, através da comunicação alternativa? – serão observados o contexto em que se desenvolve o feminismo nos referidos países, a presença e representatividade do debate em torno das causas específicas das mulheres e as variações discursivas presentes nas publicações. Desse modo, busca-se identificar as particularidades e as proximidades do feminismo no Brasil e no Chile, no que diz respeito ao uso da comunicação no debate sobre estas questões.

Movimento de mulheres e imprensa feminista no Brasil e no Chile

A ditadura militar no Brasil e no Chile, em que pesem as diferenças e particularidades dos dois países, representou um período de autoritarismo político, violação dos direitos humanos e castração da liberdade de expressão. Os reflexos da tomada de poder pelos militares se traduziram em práticas de tortura, assassinatos, censura, repressão armada, perseguições e outras práticas autoritárias que marcaram o período compreendido entre os anos 1964-1985 (Brasil) e 1973-1990 (Chile). Em meio a este contexto de repressão política, surgem diversos movimentos sociais – de trabalhadores, estudantes, grupos de esquerda, organizações de mulheres, entre outros – que irão reivindicar a democracia e defender os interesses coletivos dos grupos a que pertencem. Estes movimentos inserem as práticas de comunicação alternativa como estratégias de resistência e como modo de organização e visibilidade em torno de suas causas e bandeiras.

O feminismo no Brasil, caracterizado como de “segunda onda”⁵, surge na década de 1970, em meio ao período mais radical da ditadura militar, contando com a participação de mulheres que passaram pela experiência do exílio. Neste período, surgem vários grupos de consciência e em 1975, estimuladas pela instituição do Dia Internacional da Mulher pela ONU – Organização das Nações Unidas, ocorrem reuniões no Rio de Janeiro e em São Paulo, que resultaram na criação do Centro da Mulher Brasileira (Rio) e do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (São

⁵ Entre as fases do feminismo, considera-se a primeira onda (marcada pela conquista de direitos políticos) e a segunda onda (em que as lutas se voltam à conquista de direitos civis e culturais). Esta última ganha força nos anos 1970, com diversas organizações de mulheres e com lutas que envolvem o direito ao corpo. Esta é a classificação usada por Joana Maria Pedro e outras pesquisadoras da história do feminismo. Ver: PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh, n.52, vol. 26, 2006. p. 249-272.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Paulo). Em 1979 acontece o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres e, na década de 1980, já existem dezenas de grupos feministas por todo país. Este é o momento em que começam a surgir lutas mais dirigidas: são criados vários clubes de mães, acontecem diversos congressos de mulheres e atos públicos, e ganham espaço lutas feministas como o direito ao corpo e sexualidade.

Estes movimentos reconhecem a necessidade das mulheres se fazerem ouvir, apostando em um discurso de contra-informação que assumiu, em alguns momentos, o duplo papel de denunciar e de mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos. Durante a ditadura militar brasileira, quando a imprensa alternativa⁶ atuou como uma importante aliada para a conscientização de diferentes setores da sociedade, surgem as publicações do movimento feminista, que discutiam aspectos e tendências do movimento a partir de temáticas diversas.

Entre estas experiências de imprensa alternativa feminista, destacam-se os jornais *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1987), que tiveram uma inegável contribuição para o debate em torno dos direitos das mulheres.⁷ No *Brasil Mulher*⁸, primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres, publicado pela Sociedade Brasil Mulher, o destaque é para a questão política e de classe, que se revela na maior parte das suas edições. As contradições ou impasses da dupla militância manifestam-se logo na primeira edição, diante de um editorial que causou polêmica ao anunciar que o *Brasil Mulher* “não é um jornal da mulher”. O reconhecimento como um jornal feminista ocorreu mais tarde, quando reivindicações específicas passaram a ser enfatizadas no periódico.

Já o *Nós Mulheres*⁹ se assume como feminista desde seu início e enfatiza o comprometimento com questões específicas das mulheres, a partir das quais desenvolve, ao longo da sua existência, um importante trabalho com mulheres de classes populares. Nas suas páginas,

⁶ Entre os anos de 1960 e 80, surgem centenas de publicações, criadas por movimentos sociais e grupos de resistência, conhecidas como imprensa alternativa ou nanica, que ousavam desafiar o poder estabelecido e denunciar situações de opressão. Segundo Chinem, entre 1964 e 1980 nasceram e morreram cerca de 300 periódicos. (CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa – Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995).

⁷ Além destes veículos, existiram muitas outras experiências feministas, como os jornais *Maria Quitéria* (1977), *Correio da Mulher* (1979), *Chanacomchana* (do grupo de ação lésbico-feminista, 1982), o goiano *Mariação*, as revistas *Fotochoq* e *Maria Sem Vergonha*, o programa de rádio *Mulher em 360°* (Rádio Capital/SP), o programa *Elas e mais elas* (Rádio Solimões) e diversos outros criados por grupos feministas em diferentes regiões do País. Além de experiências que dizem respeito a grupos que se formaram a partir da criação de um veículo, o que se destaca no período são as iniciativas de produção de jornais como uma prática comum de diversos grupos feministas. Muitas vezes de forma artesanal e com poucos recursos, estes veículos eram publicados com o firme propósito de divulgar as causas feministas, dentro e fora do movimento. Exemplos destas experiências são os jornais *Agora é que são elas*, do Círculo de Mulheres Brasileiras, publicado em 1975, e *Brasília Mulher*, do Grupo Brasília Mulher, de 1982.

⁸ O BM informa uma tiragem inicial de 5.000 exemplares e, em março de 1979, anuncia tiragem de 10.000 exemplares. Ao longo de sua existência, foram publicadas 16 edições regulares e mais quatro ‘extras’.

⁹ O jornal, que publicou 8 edições de 1976 a 78, mantendo a periodicidade bimestral, não informa sua tiragem. Porém, sabe-se que sua circulação era voltada para os grupos de mulheres de São Paulo.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

revela-se o comprometimento contra a opressão de sexo e de classe, e a defesa do feminismo da igualdade.¹⁰

O jornal *Mulherio*¹¹, por sua vez, surgiu em São Paulo, no início de 1981, por iniciativa de algumas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. O jornal não era ligado a nenhum grupo feminista em particular e dava destaque para questões relacionadas a comportamento e sexualidade, sendo publicadas 39 edições.

Interessa notar que estes periódicos, embora assumam diferentes posições sobre o feminismo e os embates com a prevalência de causas políticas e/ou feministas, cumprem um importante papel no processo de fortalecimento do movimento. Este aspecto será observado através do espaço dedicado para o debate sobre a luta pela democracia e pelos direitos das mulheres e os assuntos envolvendo sexualidade e direito ao corpo presentes nas publicações.

Antes, porém, é importante contextualizar o modo como o movimento feminista chileno se configura em meio à ditadura militar, para que seja possível estabelecer aproximações entre estas duas realidades. O feminismo no Chile renasce como produto da necessidade de resistir às formas de opressão impostas pelo governo autoritário de Pinochet.¹² Diante da crise da democracia, repressão e violação dos direitos humanos e exaltação dos valores patriarcais, as mulheres se organizam em defesa dos seus direitos e na luta pela democracia, muitas vezes realizando uma dupla militância (no movimento feminista e nos partidos de esquerda), como também aconteceu no Brasil. Seguindo a caracterização das fases do movimento de mulheres no Chile proposta por Sandra Palestra (1991), utilizadas no estudo de Carmen Torres¹³ sobre as publicações feministas durante a ditadura militar, são considerados quatro momentos:

El primero (1973-1976) está marcado por la denuncia de la violación de los derechos humanos, denominado período de defensa de la vida. El segundo período (1977-1981) se caracteriza por el inicio de la reflexión sobre los temas específicos de las mujeres. El

¹⁰ Em sua análise das origens da imprensa feminista brasileira, com os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, Rosalina de Santa Cruz Leite (2003, p. 238) assim descreve o contexto em que os jornais se desenvolveram: “mulheres que se auto-organizam nas periferias, em busca da garantia de direitos sociais, e as feministas preocupadas com a emancipação feminina, a discriminação, a sexualidade, o poder, reinventando uma nova forma de fazer política junto com a luta reivindicativa das classes populares. Só assim pode-se entender o papel desempenhado pelos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* nessa conjuntura”. (LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. Revista Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 234-241.

¹¹ O *Mulherio*, que também mantinha uma periodicidade bimestral, foi o jornal feminista de maior duração, sendo publicado por seis anos. Embora a tiragem do jornal não conste na maioria das edições, em uma das publicações, de 1984, encontra-se a referência a uma tiragem de 12 mil exemplares.

¹² “A ditadura militar no Chile durou 17 anos, de 11 de setembro de 1973 a 1990. Oficialmente, deixou 3.197 mortos, entre eles, 1.192 desaparecidos, de acordo com Relatório Rettig, divulgado em 1991 pela Comissão de Verdade, Justiça e Reconciliação. Apesar de inúmeras tentativas de processar o ditador Augusto Pinochet, o general só foi preso quando o juiz espanhol Baltasar Garzón abriu um processo contra ele pelos crimes de genocídio, terrorismo e tortura.” (MERLINO, Tatiana. *O exemplo dos vizinhos*. Brasil de Fato, 23 de set. de 2008)

¹³ TORRES, Carmen. Comunicación alternativa en dictadura: el caso de Chile. In: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (org.). *Por todos los medios: comunicación y género*. Santiago: Isis Internacional; Ediciones de Las Mujeres, n. 23, diciembre 1996.

tercero (1982-1986) se distingue por la formulación de demandas específicas de las mujeres en un clima de movilización política. Finalmente, durante los últimos años de dictadura (1987-1989), el movimiento de mujeres se caracteriza por la presentación de proposiciones específicas al futuro gobierno civil. (TORRES, 1996, p. 69)

O fortalecimento do feminismo no Chile envolve a criação de centros de estudos sobre a mulher, organizações de mulheres, encontros e atos públicos realizados no período da ditadura militar.¹⁴ Juntamente com a luta contra a opressão causada pela ditadura, as mulheres irão somar o combate à opressão no espaço doméstico, através do slogan criado por Julieta Kirkwood: *Democracia en el país y en la casa*. De acordo com Torres, assim como outros movimentos de mulheres na América Latina, nos anos 1970, *las chilenas organizadas buscan crear sus propios medios de expresión, formando parte de lo que se llamó la corriente alternativa en comunicación* (1996, p. 68). Segundo a autora, as publicações das mulheres oscilam entre dois pólos: os temas políticos e os feministas: *las mujeres de las organizaciones editoras de estos boletines o revistas son confrontadas al autoritarismo político y al autoritarismo de la sociedad chilena, dos elementos cotidianos bajo el régimen militar* (1996, p. 78).

Observa-se que, tanto no Brasil quanto no Chile, o movimento feminista irá apostar na criação de espaços de expressão como meio de articulação e visibilidade de suas causas. Mesmo com condições de produção precárias, problemas de financiamento (que afetam a regularidade das publicações) e distribuição reduzida, a imprensa feminista se configura como um meio de reflexão e luta política do movimento, que irá traduzir suas tensões, avanços e perspectivas.

Vozes do movimento feminista pela imprensa alternativa

Sabe-se que há uma significativa produção de mídia alternativa ao longo do período considerado (anos 1960-90), que indica a representatividade que o movimento feminista assumiu durante a ditadura militar no Brasil e no Chile. Mas qual é o espaço para as questões específicas das mulheres nas publicações feministas? Como o movimento articula, nos dois países, a luta pela democracia com a luta pelos direitos das mulheres? A partir de alguns fragmentos de jornal, busca-

¹⁴ Entre as organizações de mulheres chilenas, destacam-se nos anos 1970 a criação de *ISIS Internacional*, principal centro de documentação feminina (1974) e o *Círculo de Estudios de la Mujer* (1977), primeira organização declaradamente feminista, que irá desenvolver uma ampla discussão que influenciou outras organizações durante a década seguinte.

De acordo com informações do Centro Estudios “Miguel Enriquez”, durante a década de 1980 surgiram no Chile diversos grupos feministas: o *Movimiento de Emancipación de la Mujer Chilena* (MENCH), *Mujeres de Chile* (MUDECHI), *Comité de Defensa de dos Derechos de la Mujer* (CODEM), *Mujeres por la Vida*, *Movimiento de Mujeres Independientes* (MMI), *Mujeres por el Socialismo*, *Movimiento de Mujeres Pobladoras* (MOMUPO) e *Coordinador Político de Mujeres de Oposición*. Além disso, as mulheres são as responsáveis pela *Agrupación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos*. (Informações disponíveis no portal do Archivo Chile, do Centro Estudios “Miguel Enriquez” (CEME): <http://www.archivochile.com>. Acesso em: 20 de agosto de 2008)

se lançar um olhar sobre estas questões, observando os momentos e os enquadramentos do discurso sobre o direito ao corpo no Brasil e no Chile.

No caso do Brasil, a primeira publicação feminista (*Brasil Mulher*) levanta o debate sobre o conflito entre as questões políticas e as reivindicações das mulheres logo na primeira edição: “É impossível desvincular a luta pela emancipação da mulher de uma luta geral pela libertação do ser humano” (ano 1, n. 0, out. 1975, p. 3), diz o artigo “Da igualdade perdida”. E é com este destaque para temas voltados à situação política, com forte teor marxista, que o jornal tratará as questões das mulheres.¹⁵ Porém, ao longo de sua existência, o *BM* irá abrir um maior espaço para as questões específicas das mulheres, principalmente no que se refere às reivindicações das mulheres trabalhadoras.¹⁶ O jornal reconhece que “além da participação nas lutas mais gerais, deveria organizar-se para conquistar uma posição mais justa na sociedade brasileira”; no entanto, no que se refere à temática do planejamento familiar, o *BM* apresenta algumas contradições em seu discurso, pois, ao fazer a crítica às políticas controlistas, acaba se colocando em posição de contrariedade ao uso de métodos contraceptivos como a pílula, como se percebe em algumas matérias. Ao longo de suas edições, o jornal publicou diversos textos sobre planejamento familiar e direito ao aborto, que permitem entender como estes temas eram tratados no final da década de 1970.¹⁷

O *Nós Mulheres*, por sua vez, assume uma postura de defesa dos interesses específicos das mulheres, com enfoque voltado às mulheres trabalhadoras e de camadas populares. Ganham espaço no jornal principalmente as mobilizações das mulheres e os problemas envolvendo creches, custo de

¹⁵ Tal postura do *Brasil Mulher* é alvo de críticas de outros grupos, assumidamente feministas, que cobram um maior comprometimento do jornal com as causas das mulheres. Na segunda edição do *BM*, é publicada a seguinte carta, reproduzida do jornal *Opinião*: “É decepcionante, pois, que esse jornal – bem impresso e barato (Cr\$ 2,00) – coloque a mulher como mais uma engrenagem do sistema sócio-econômico-político, em vez de procurar valorizá-la mais do que outros órgãos de imprensa”. Para E.M., *Brasil Mulher* “não é um jornal da mulher, conforme afirmou a primeira frase de seu editorial de apresentação, e conforme poderíamos supor pelo título. De suas 16 páginas, apenas 5 realmente tratam diretamente da mulher. Todas as outras páginas tratam de assuntos gerais: da Campanha da Anistia aos irmãos Villas-Boas” (ano 1, n. 1, dez. 1975, p. 13)

¹⁶ Esta mudança de postura é apresentada no seguinte editorial: “Percebemos que o jornal, embora dirigido para a mulher, não estava levantando seus problemas específicos: salários inferiores aos dos homens mesmo quando executam trabalho idêntico; dificuldades de acesso à especialização profissional, com barreiras ao ingresso a determinadas carreiras; falta de meios que possibilitem a mulher deixar o lar para o trabalho, como: inexistência de creches, refeitórios nas fábricas, lavanderias coletivas; sua responsabilidade total nas tarefas domésticas, etc. É dentro desse quadro que se colocam as problemáticas centrais do jornal *Brasil Mulher* hoje” (Ano 3, n. 10, dez. 1977, p. 02).

¹⁷ Sobre planejamento familiar, destacam-se os seguintes textos: “Pílulas... ora, pílulas” (Ano 1, n. 1, dez. 1975, p. 6 -7), que apresenta os problemas causados pelo uso do método; “Pílula: Solução ou problema?” (Ano 1, n. 3, 1976), com abordagem semelhante de crítica às políticas de controle de natalidade; “O planejamento familiar da miséria” (Ano 2, n. 7, jun. 1977, p. 7), que argumenta que o problema da miséria não se resolve com pílulas; e “Mulher, patrimônio social do Estado” (Ano 3, n.12, maio 1978, p. 13), que critica o programa de prevenção à gravidez de alto risco do governo, cuja preocupação estaria voltada para a distribuição de pílulas, sem assistência para as mulheres.

No que diz respeito ao aborto, a questão é tratada nos seguintes textos: “No Brasil, o aborto é proibido. Mas acontece” (Ano 3, n. 13, jul.1978, p. 3); e “Aborto: um direito de toda mulher” (editorial, março 1980). O *BM* também publicou uma série de artigos sobre sexualidade, reprodução e métodos contraceptivos, intitulada “Nosso corpo”, em 1978.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

vida, violência, entre outros.¹⁸ Em sua defesa dos direitos das mulheres, o jornal valoriza o universo do trabalho e as condições de vida das mulheres, sem abrir muito espaço para assuntos como aborto e contracepção. As matérias publicadas no jornal basicamente criticam as políticas verticais de controle de natalidade e os assuntos relacionados à sexualidade aparecem apenas em algumas edições.¹⁹

O jornal *Mulherio*, entretanto, publicado já nos anos 1980, assume as questões de comportamento e sexualidade como assuntos centrais de suas páginas. Perpassando também a militância acadêmica, os textos publicados questionam os modelos de sexualidade, defendem o direito ao corpo e debatem como o movimento feminista se posiciona sobre estes temas, nem sempre de forma homogênea. Com uma caracterização feminista menos amarrada às reivindicações de esquerda, são publicados diversos textos sobre aborto, controle de natalidade, sexo e planejamento familiar.²⁰

Percebe-se – através dos discursos dos jornais alternativos – que o movimento feminista brasileiro, a partir dos anos 1980, passa a incorporar as demandas das mulheres pelo direito ao corpo e pela autonomia sexual em suas práticas de resistência, embora os embates em torno do que seriam lutas ‘legítimas’ continue a permear a ação das organizações. A incorporação, gradual, deste universo de reivindicações, reconfigura a ação do movimento em sua trajetória.

No caso do Chile, de acordo com Torres, os grupos de mulheres apresentam três objetivos: *defensa de los derechos humanos, reivindicaciones de género y la apertura de espacios de expresión en la prensa* (1996, p. 71). Das organizações cujo objetivo é a participação das mulheres na luta geral contra a ditadura, Torres identifica os seguintes grupos e suas respectivas publicações: Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos (*¿Dónde están?*), CODEM (*Vamos Mujer e Tu voz mujer*), MUDECHI (*Boletín de Mujeres de Chile*) e MEMCH’83 (*La Boletina Chilena*). Entre as organizações que apresentam reivindicações de gênero e demarcam uma consciência

¹⁸ O jornal assim menciona o debate sobre lutas feministas e lutas gerais: “É comum ouvirmos hoje em dia, das mais variadas pessoas e inclusive de mulheres verdadeiramente democratas, as seguintes frases: “O feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos como o nosso” ou “A luta pela emancipação feminina é importante, mas a luta pela emancipação dos trabalhadores é muito mais importante”. Os que assim falam não percebem que as palavras feminismo e emancipação feminina podem ter vários significados e perdem seu sentido se não vierem acompanhadas de uma explicação. (...) O feminismo serve não somente aos países subdesenvolvidos, mas também a qualquer país onde ainda existam homens e mulheres oprimidos” (Editorial, n. 6, agosto/setembro de 1977).

¹⁹ Sobre o planejamento familiar, o *Nós Mulheres* publica os seguintes textos: “Ser ou não ser mãe” (n. 1, junho 1976, p.17), que problematiza o argumento de que o crescimento populacional é causa de miséria; “Pílulas para milhões”, sobre denúncias envolvendo os programas realizados pela Bemfam no Brasil, e “Rumo ao planejamento familiar”, sobre a implantação do Programa Materno-Infantil (n. 6, agosto/setembro 1977, p. 12). O jornal também traz textos informativos sobre os métodos contraceptivos disponíveis, como no texto “Como evitar a gravidez” (n. 6, agosto/setembro 1977, p. 13).

²⁰ O planejamento familiar é capa da edição n. 8 (julho/agosto 1982) e assunto trabalhado em diversas edições (n. 14, julho/agosto 1983; n. 17, julho/agosto 1984; n. 21, abril/maio/junho 1985, entre outras). O aborto também é tema recorrente no *Mulherio*, seja discutindo os aspectos legais, o drama das mulheres que enfrentaram esta experiência ou defendendo o direito ao corpo (ver edições n. 15, setembro/outubro 1983; n. 30, julho 1987; n. 38, março 1988).

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

feminista, destacam-se na análise da autora: *Círculo de Estudios de la Mujer (Boletín del Círculo de Estudios de la Mujer)*, *Frente de Liberación Femenina (Testimonio)*, *Las Domitilas (Palomita)*, *MOMUPO (Inquietudes de la lucha)*, *Centro de Estudios de la Mujer (Rulpa Dungun)*, *Casa de la mujer La Morada (Boletín de La Morada)* e *Coordinadora de las Mujeres de la Zona Oriente (Caracolas)*. E, segundo Torres, entre os grupos que compreendem seu estudo, criados a partir da necessidade de publicar um veículo que trate especificamente das lutas das mulheres, incluem-se a *Federación de Mujeres Socialistas (Fúria)*, *Unidad de Comunicación Alternativa de las Mujeres (Mujer-Fempres)*²¹, *Isis Internacional (Mujeres en Acción)* e o grupo de mulheres que publica *Nos/otras*.

Através desta classificação, percebe-se que a conjuntura política do país reflete a predominância por temas políticos, o que faz com que os rigores da ditadura chilena repercutam em um tipo de caracterização do movimento, enquanto no contexto brasileiro observa-se uma maior (ainda que limitada) abertura para o tratamento das questões específicas das mulheres.

Se somente no período que compreende o final dos anos 1980 no Chile as questões específicas das mulheres são tomadas como referência para a ação feminista²², o lugar para temas como o direito ao corpo e a sexualidade apresenta-se bastante limitado no interior do movimento. O silenciamento em torno destas questões evidencia a existência de um contexto político no Chile em que, assim como em outros países do Cone Sul, o feminismo de segunda onda é marcado pelo conservadorismo da sociedade, pela influência da Igreja Católica e pela prevalência das chamadas ‘lutas gerais’ que cercam a resistência à ditadura.

Mesmo depois da redemocratização daquele país, este debate a respeito da sexualidade e do direito ao corpo continua pendente, sendo prolongado ao longo dos anos 1990. A ditadura de Pinochet acabou com ações de planejamento familiar: desestimulou o uso de contraceptivos, ordenou nos consultórios que se retirassem os DIUs das mulheres e derrubou a lei do Aborto Terapêutico, que existiu até 1989. A questão do aborto se insere na pauta feminista a partir deste momento, quando o aborto passa a ser clandestino no Chile, não havendo nenhum permissivo legal

²¹ Viviana Erazo, uma das colaboradoras da revista, em conversa realizada em Santiago/Chile em outubro de 2008, lembra que a *Fempres* nasceu do seminário "La Comunicación Alternativa de la Mujer en América Latina", que aconteceu no México em 1982 e reuniu experiências de comunicação alternativa feminista de diversos países. A *Fempres* representou a formação de uma rede do movimento feminista, que buscava fortalecer as lutas das mulheres. Nas edições consultadas da revista, destacam-se informações sobre mobilizações do movimento de mulheres na América Latina.

²² Sobre a ausência de reivindicações específicas das mulheres nos anos 1980, Julieta Kirkwood (1986, p. 49) observa: "Incluso las mujeres más conscientes política y socialmente no si perciben a si mismas como mujeres, sujetos de reivindicación propia, sino como ciudadanas y como miembros de una clase social determinada. Esta es una de las razones por las cuales la discriminación femenina aparece disfrazada o directamente negada: las propias mujeres no siempre se visualizaron a sí mismas como objetos de una discriminación específica, no postulándose como sujetos reivindicando su propia opresión". (KIRKWOOD, J. Ser política en Chile: las feministas y los partidos. FLACSO: Santiago de Chile, 1986)

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

para esta prática (situação esta que se mantém até hoje). Os textos que seguem, do jornal *Marea Alta*, indicam a importância deste debate:

Aborto – debatir sin caretas” - Divorcio y aborto están entre los temas que han tenido mayores obstáculos para ser debatidos. Muy distintos uno del otro pero ligados ambos a la vivencia cotidiana de las mujeres y la familia, están atravesados por implicaciones sociales, éticas, valóricas y religiosas que complejizan su tratamiento. (...) El divorcio ya ha sido discutido suficientemente y existe consenso – pese a algunos

reparos – en la urgencia de legislar al respecto. El aborto sigue siendo un problema pendiente. (April 1994, p. 06)

“Hablemos de aborto terapéutico” – Se trata de que el aborto sea una opción posible. Y no de que las mujeres aborten ‘como si sacaran una muela’. Es verdad que la ciencia médica ha superado problemas que en el pasado fueran causa de interrupción provocada del embarazo. Sin embargo, han surgido otras, por ejemplo el SIDA y la ancefalia, que aumenta, presumiblemente por los pesticidas. No se habla de aborto a destajo, ni se aborta en vez de anticoncepción. Se habla de una ley que dé la oportunidad de conservar la vida a mujeres (generalmente pobres), que mueren por abortos ilegales mal hechos. (Diciembre 1993)

Também a revista feminista chilena *Puntada con Hilo*, que publica matérias sobre comportamento, sexualidade e informações sobre eventos e organizações de mulheres, demarca sua posição sobre as lutas pelo direito ao aborto, destacando os impactos da ditadura de Pinochet:

Legislar en favor del aborto, es legislar en favor de la vida de las mujeres. En Chile, se presume la ocurrencia de 150 mil abortos anuales. Todos bajo la presión de la ilegalidad, muchos en condiciones inhumanas. (...) Al reconocer los Derechos Reproductivos de las mujeres, al despenalizar el aborto, la sociedad estaría admitiendo nuestro derecho al placer y ‘devolviendo’ el cuerpo femenino a quien pertenece, nosotras. (...) Si se respetaran los Derechos Reproductivos, las mujeres decidiríamos, sin riesgo y con apoyo... por ahora, abortamos en silencio, escondidas, atemorizadas, culpabilizadas algunas, ayudándonos, solidarias, apoyándonos, otras. (Año 2, n. 13, noviembre 1995)

Em uma abordagem comparativa entre o Brasil e o Chile, no que diz respeito às lutas das mulheres em tempos de ditadura, observa-se que nos dois países as reivindicações específicas, principalmente as voltadas ao direito ao corpo e à sexualidade, se deram em um contexto marcado por embates com setores conservadores, cujo discurso se baseava na preservação dos modelos hegemônicos de feminino, e com os partidos de esquerda, que entendiam que as lutas específicas estariam desvirtuando a luta principal, contra a ditadura. Através de textos publicados nos periódicos alternativos e de pesquisa bibliográfica sobre o tema, percebe-se que, em temporalidades distintas – uma vez que as temáticas voltadas ao direito ao corpo ocorrem mais tardiamente no Chile, apenas nos anos 1980 –, as formas de resistência operadas pelo movimento feminista vão incorporando a necessidade do movimento construir sua autonomia, para enfrentar questões voltadas exclusivamente às mulheres. Conquistar este espaço representou o repensar dos

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

movimentos sobre seu papel e a sua atuação, durante a ditadura e mesmo depois da conquista da democracia, quando algumas marcas do autoritarismo do período permaneceram presentes.

É interessante observar, ainda, a atualidade das questões discutidas durante a ditadura militar sobre o aborto e as políticas de planejamento familiar – que assumiram, entre os anos 1980 e 90, o conceito político de direitos reprodutivos –, que permanecem na agenda política dos dois países, não sendo registrados avanços significativos na garantia dos direitos das mulheres de decidir sobre seu próprio corpo. Desse modo, ao percorrer o processo de fortalecimento do feminismo no Brasil e no Chile, através de uma leitura histórica do período, pode-se vislumbrar os embates e as conquistas vivenciadas pelas organizações de mulheres, em meio à repressão política, na luta pela democracia conjugada com a gradativa visibilidade das questões específicas, quando as vozes da imprensa alternativa apresentavam as dissonâncias, as bandeiras e a necessidade das mulheres se fazerem ouvir, seja nos seus países ou em suas casas.